

AS TENDÊNCIAS ACTUAIS  
DOS DISCURSOS CRÍTICOS AFRICANOS  
Excerto do Livro *Apuros de Vigília II* (Em preparação)

LUIS KANDJIMBO  
(College of Industrial Technology Benguela - Angola)

## INTRODUÇÃO

Em 1989 realizou-se em Dakar, pela primeira vez em África, o Congresso anual de uma das mais prestigiadas associações americanas de investigadores, críticos e professores universitários especialistas de literaturas africanas. Participei desse evento e acompanhei com particular interesse os grandes debates sobre as literaturas do continente, que para ali tinham sido concentrados por um período curto de três dias. No último dia ouvi uma sintética retrospectiva na alocação proferida pelo decano dos críticos africanos, o professor Eldred Jones da Serra Leoa, que num tom alegórico fazia a apologia da inserção de África no espectro semântico da crítica sobre as respectivas literaturas. Durante as sessões de trabalhos várias intervenções faziam apelo a critérios que fossem os mais pertinentes para a análise dos textos literários africanos.

Por outro lado, na década passada participei com alguma frequência em actividades organizadas por uma associação sediada em Paris, igualmente de investigadores e críticos das literaturas africanas. E a conclusão a que fui chegando resume-se nisto: o exercício efectivo do discurso crítico sobre as literaturas africanas vai gerando abordagens e problemáticas novas.

Os debates sobre essa matéria vão-se multiplicando. E do mesmo modo as publicações, algumas das quais resultantes de trabalhos académicos. Com efeito, o ponto de referência e ao mesmo tempo o limiar desse processo de reflexão remonta aos fins dos anos 40, com a criação da revista **Présence Africaine**<sup>1</sup> animada pelo senegalês Alioune Diop e publicada em Paris. Seguir-

---

<sup>1</sup> Nesta revista foram também publicados alguns dos mais destacáveis textos de ensaístas angolanos, na década de 60, nomeadamente Mario P. de Andrade e Costa Andrade.

se-iam outras revistas que, por serem de âmbito geral, desempenharam um papel menor na história da crítica africana<sup>2</sup>. Publicam-se também um bom número de antologias. Igual destaque deve ser dado aos dois congressos de escritores negros realizados em Paris e em Roma, respectivamente em 1956 e 1959, que ajudaram de certo modo a sacudir a mornez ocidental na sua relação com a África.

As décadas de 60 e 70 são marcadas por importantes factos políticos e culturais, nomeadamente as independências das antigas colónias britânicas, francesas e belgas; e a institucionalização dos estudos universitários. O ensino e a pesquisa das literaturas africanas são introduzidas nas Universidades de alguns países africanos, designadamente na Faculdade de Letras da Universidade Lovanium de Kinshasa; Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Dakar; Universidade de Yaoundé; Universidade de Nsukka e Ibadan na Nigéria; Universidade do Ghana, que cria o primeiro instituto de estudos africanos; Universidade de Makerere, no Uganda.

Nesse período surgiram revistas especializadas que veiculavam alguns resultados de pesquisas e sustentavam a actividade daquelas instituições do ensino superior. Por exemplo: **Transition**, **Okike**, **African Literature Today**, **Drum**. Realizam-se vários colóquios no quadro das actividades de algumas universidades. Assim, o colóquio de Dakar (1963), Freetown (1963), Abidjan (1969, 1970), Makerere (1962), Yaoundé (1973), Lumbumbashi (1975)<sup>3</sup>, Lagos (1977) no âmbito do FESTAC, que no dizer de L. Mateso foi a consagração das teses de Yaoundé; Brazzaville (1981).

A década que se segue aponta alguns sinais de ruptura, quer sob o ângulo historiográfico, quer sob o ângulo teórico e crítico.

A tirania das metodologias ocidentais começa a ser objecto de dúvida epistemológica. Já em 1968, Thomas Melone, num seminal artigo, lançava o repto. No seu entender, “a tarefa do crítico, por se pretender técnica e criativa, situa-se a um outro nível. Tal é imposto ou sugerido pela problemática da linguagem, quer dizer, da estrutura profunda da obra”<sup>4</sup>. Em termos metodológicos considera que “o objectivo (...) é apresentar ao público mundial as obras mais significativas da nossa literatura assente na nossa própria

---

<sup>2</sup> Tais publicações são, por exemplo: **Afrique Nouvelle**, **Liaison**, **Trait d'Union**, **Bingo**.

<sup>3</sup> Foi no Colóquio de Lumbumbashi que se constituiu a Associação de Críticos Literários Africanos, realizado de 24 a 27 de Março. Mas esta Associação teve vida efémera.

<sup>4</sup> Thomas Melone, *La critique littéraire et les problèmes du langage: point de vue d'un Africain*, **Présence Africaine** n° 73, 1º trimestre 1970, pp. 3-19.

sensibilidade estética, da nossa própria avaliação das civilizações negro-africanas, da nossa própria visão do devir africano”<sup>5</sup>.

No entanto, quando se aborda hoje o discurso crítico sobre as literaturas africanas, o problema releva da demarcação dos seus limites e finalidades perante o fascínio subjacente à adesão aos métodos ocidentais. Por conseguinte, engendram-se imediatamente questões de ordem epistemológica.

De acordo com P. Ngandu Nkashama, “o que é urgente neste momento, tanto em crítica literária como em todos os discursos africanos, é a necessidade essencial de determinar os fundamentos e os postulados teóricos que satisfaçam qualquer exigência crítica. Sem estes aspectos preliminares, a crítica não pode operar senão como um mimetismo da palavra, sem influência real, quer sobre o texto, quer sobre o contexto que lhe subjaz”<sup>6</sup>.

Com este texto pretendo apontar algumas linhas que evidenciam a vitalidade das reflexões africanas e referir as formas típicas que caracterizam os pontos de vista diferentes dos críticos perante as literaturas dos seus países. Procuo igualmente detectar algumas tendências que pela sua originalidade são susceptíveis de representar alguma ruptura. Além disso, pretendo despertar o público leitor angolano para a existência de um interessante debate envolvendo problemas associados aos critérios de apreciação estética e crítica de um modo geral.

## O CAMPO DA CRÍTICA LITERÁRIA AFRICANA E SUAS LINHAS DE FORÇA

A crítica literária africana pode ser entendida como um subsistema dentro dos sistemas literários nacionais. O seu campo apresenta uma problemática de natureza epistemológica. Abordar a crítica das literaturas africanas é levantar questões acerca do sujeito e do objecto do discurso, dos métodos, seus princípios operatórios e das condições da sua eficácia. Não pretendo introduzir a ideia de crítica a partir do nada. Pelo contrário, parto do pressuposto da precedência dos fundamentos da crítica relativamente ao surgimento das literaturas escritas. Segundo Locha Mateso “a crítica literária na África tradicional é uma actividade de múltiplas facetas (...) concentra os critérios de

---

<sup>5</sup> Pius Ngandu Nkashama, *Écritures et Discours Littéraires*, Paris, L’Harmattan, 1989, p. 241.

<sup>6</sup> Locha Mateso, *La Littérature Africaine et sa Critique*, Paris, ACCT/Karthala, 1986, p. 55.

apreciação que correspondem à finalidade conferida à obra por um determinado grupo social”<sup>7</sup>.

O seu objecto é constituído por um conjunto de textos resultantes de dois sistemas de comunicação: a comunicação oral e a comunicação escrita. Do primeiro temos a literatura oral e do segundo temos a literatura escrita. Alguns autores põem em causa os cânones da literatura escrita, tal como têm sido apresentados. É o caso do professor nigeriano Emmanuel Obiechina, que no estudo dedicado à literatura panfletária de Onitsha leva a concluir que essa categoria de textos não pode ser negligenciada, apesar de os seus destinatários serem aqueles segmentos sociais com baixo rendimento e gostos diferentes dos da classe média.

Perante este quadro heterogéneo de textos, a posição e a atitude dos sujeitos dos discursos têm-se revelado polémicas. É que o elenco de tais sujeitos também não tem sido homogéneo. Não são apenas africanos. Contam-se também críticos não africanos. Contudo, a variedade de textos assim como os problemas que se colocam na sua recepção têm suscitado suspeitas de relativa ineficácia da utensilagem teórica e crítica ocidental. Donde se compreendem as posições dos críticos africanos a este propósito.

Eldred Jones observa que “as literaturas africanas apresentam uma importância capital para os africanos e deve-se, naturalmente sobre esta matéria, esperar dos críticos africanos opiniões substanciais”<sup>8</sup>. Estas considerações impõem-se com algum vigor ao serem transpostas para o plano institucional e do ensino destas literaturas. No dizer de P. Ngandu Nkashama “as literaturas africanas transformaram-se em verdadeiras paradas económicas, dando direito a vantagens e lucros em moeda sonante”. Reduzindo à caricatura o comportamento dos ‘colegas’ das universidades ocidentais, acrescenta: “evidenciando sem escrúpulos a sua incompetência notória (...) os homólogos africanos não são considerados senão nas relações de beligerância, enquanto obstáculos a eliminar (...) com um pouco de condescendência eles reduzem-no ao triste papel de mendigo, pedinchão de esmolas facilmente manipulável”<sup>9</sup>.

Mais adiante poder-se-á ver uma manifestação dos debates entre críticos africanos e não-africanos e as modalidades dessa conflitualidade que não parece ser apenas uma “deslocada hostilidade”, como diz Solomon Ogebe Iyasere.

---

<sup>7</sup> Eldred Jones, *African Literature Today* (Editorial), nº 7, 1982.

<sup>8</sup> Pius Ngandu Nkashama, *op. cit.*, p. 264.

<sup>9</sup> Edgar Wright, *Critical Procedures and the Evaluation of African Literature, in The Critical Evaluation of African Literature*, ed. Edgar Wright. London, Heinemann, 1978, p. 8.

Por outro lado, os próprios críticos não-africanos revelam-se insatisfeitos com os instrumentos que utilizam. Edgar Wright refere que o crítico ocidental que se dedica ao estudos das modernas literaturas africanas enfrenta dois grandes obstáculos: “o primeiro reside em saber se qualquer teoria geral pode funcionar, quando aplicada a uma cultura que é completamente diferente nas suas origens daquela que constitui o suporte material da teoria (...); o segundo relaciona-se com o público leitor e a intencionalidade do autor”<sup>10</sup>.

Em 1973 a Sociedade Africana de Cultura promoveu a realização do colóquio de Yaoundé sob o tema: “O crítico africano e o seu povo como produtor de civilização”. A presidir a sua realização estava o seguinte argumento:

“Cada sociedade tem as suas normas de apreciação. Estas são parte integrante da sua ética da vida.

As correntes externas, por mais generosas que sejam, não substituem o esforço pessoal de pesquisa e de confrontação que apenas permite esclarecer os juízos através do contexto específico de uma civilização” (...)

“Quem poderá melhor que os criadores africanos apreciar a necessidade de sentir a condição do seu povo, ou indicar aos escritores a via a seguir, os obstáculos a evitar? Trata-se de integrar o criador africano na vida da sua civilização e de libertá-lo da dominação excessiva do Ocidente”.

Estes são os postulados básicos do colóquio que durante quatro dias reuniu cerca de 50 especialistas das literaturas africanas, entre os quais alguns europeus e americanos. Os debates subdividiam-se em três eixos, nomeadamente: **Teoria - o povo e a actividade crítica; Doutrina - a crítica em África; Pedagogia - crítica e comunicação.**

Apesar da leitura das comunicações que reputei de importância imediata cujos resultados merecerão desenvolvimentos ulteriores, limito-me, em primeiro lugar, a fornecer referências das conclusões a que chegaram os participantes.

No primeiro atelier destaca-se inicialmente a importância que encerram as definições de *crítica* e *povo*. A *crítica* foi entendida como “uma actividade de reflexão cujo objecto é a criação artística; uma ciência cujo objecto é explicar o produto cultural criado e sua difusão”. Por *povo* entende-se “o conjunto de uma comunidade partilhando uma mesma cultura e tendo línguas comuns que realizam funções de referência”.

---

<sup>10</sup>Joseph Okpaku, *Tradition, Culture and Criticism, Présence Africaine*, n° 70, 2° trimestre 1969, pp. 137-146.

Lançou-se alguma precisão sobre o conceito de *crítica africana*, sendo entendida como o reflexo da visão do mundo própria do povo e em particular da sua estética. Relativamente às condições necessárias para a emergência e difusão da actividade crítica são indicadas aquelas que subentendem a necessidade de políticas culturais nacionais: condições políticas, no âmbito das quais se consideram a liberdade de expressão e a democratização da informação; condições técnicas do discurso em que se destacam os níveis de crítica, as modalidades e técnicas de crítica, as tendências da crítica tradicional e actual; e o aspecto ideológico de toda a crítica.

Estas condições convalidam a necessidade de autonomização efectiva da crítica da constituição do seu objecto. De resto, o exercício do discurso integra igualmente esse objecto.

No segundo atelier debatia-se a indissociabilidade da crítica de outros domínios como a educação e a comunicação, havendo entre eles uma apertada conexão com a problemática lingüística. Ficou consagrada uma recomendação às altas instâncias dos Estados Africanos, dentre elas a OUA.

Recomendava-se a adopção de “uma política sistemática de formação de lingüistas africanos (...) bem como “a multiplicação e desenvolvimento de editoras africanas que se encarreguem de publicar obras inter-universitárias por serem indispensáveis para o renascimento cultural do continente”.

No terceiro atelier, as conclusões visavam completar algumas definições fornecidas no primeiro. A *obra literária* - no contexto das literaturas africanas - foi definida como “um discurso oral ou escrito organizado exprimindo uma visão do mundo numa perspectiva estética”. Em sentido amplo, a crítica é analisada enquanto “reação de um indivíduo ou de um público manifestada diante de uma obra literária, sendo por isso compatível com a ideia de um certo pluralismo. Atribuem-se determinadas funções ao crítico africano. A tarefa que lhe é conferida como primordial reside na formação de formadores nos vários níveis de ensino e no quadro de programas de animação cultural. E na qualidade de criador, considera-se que o crítico “deve contribuir para a promoção, de modo permanente, para a promoção do espírito criador, entendendo-se que qualquer acto de promover a leitura visa uma multiplicação das actividades criadoras”.

Foi ainda proposta a criação de uma Associação de Críticos Africanos.

O colóquio de Yaoundé constitui um dos importantes pontos de referência na história das reflexões africanas.

Do conjunto das comunicações apresentadas, prenderam a minha atenção, pela lucidez e vertente de focagem, nomeadamente os textos de M. a M. Ngal: **O artista africano: tradição, crítica e liberdade criadora**; de Pierre Ngijol, **A crítica literária africana na literatura tradicional oral**; de Nguessan

Kotchy e H. Memel-Foté, *A crítica na África tradicional*; de Noureini Tidjani-Serpos, *A crítica africana: os critérios de recepção*; e de Mohamadou Kane, *Sobre a crítica da literatura africana moderna*. Retomarei a leitura de alguns destes textos posteriormente.

Haverá alguma razão para sustentar que a diferença entre a crítica dos africanos e a crítica dos não-africanos representa uma polarização irremediável?

Num artigo<sup>11</sup> publicado em 1969, na revista *Présence Africaine*, o nigeriano Joseph Okpaku demarcava o alcance e os limites da intervenção das duas críticas. Observa que “o primado da crítica das artes africanas deve ser conferido aos africanos fazendo uso de padrões africanos”. Por outro lado, “o papel do crítico ocidental é diferente”. “A única actividade válida deste último consiste em interpretar as literaturas africanas e outras artes para audiências ocidentais”. Com efeito, as posições que fazem a apologia dessa primazia são bem mais antigas. Remontam aos anos dos congressos de escritores negros. Nessa época, a investigadora belga Lylian Kesteloot escreveu: “Estou convencida de que só os críticos africanos serão capazes de destilar toda a essência, sabor, significado e poesia, toda a ‘suculência’ dos frutos de sua herança ancestral para maior glória da literatura mundial”.

O debate foi tomando outras feições, tendo chegado a opor, mesmo entre críticos africanos, *negadores* e *defensores* do monopólio do discurso crítico legítimo. Encontramos algumas destas manifestações na revista *African Literature Today*, especialmente no seu número dedicado à crítica (*Focus on Criticism*). No editorial desse exemplar, Eldred Jones, que é editor da revista, assevera já a tese do primado da crítica endógena. No mesmo enalço alinha Thomas Melone quando, em 1970, escrevia: “A situação hoje nos impõe uma revisão total do processo. Trata-se de restituir ao povo o privilégio de que foi detentor durante os tempos imemoriais (...). O problema essencial consiste em não perder de vista o que na tradição constituía a base da crítica artística e literária tal como o povo a exercitava”<sup>12</sup>.

Solomon Ogbede Iyasere, no texto inserido na revista mencionada, sustenta que “não é por sermos africanos que as nossas explicações serão melhores que as do crítico não-africano”. Ele reage ao requisitório produzido por Ernest Emenyonu contra o crítico americano Bernth Lindfors. Este ataque suscitou outros comentários da parte de Solomon O. Iyasere. Condena

---

<sup>11</sup> Thomas Melone, *op. cit.*

<sup>12</sup> Solomon Ogbede Iyasere, *African Critics on African Literature: A study in misplaced hostility*, in *African Literature Today (Focus on Criticism)*, ed. Eldred Jones, London, Heinemann, 1982, n° 7, pp. 20-27.

Emenyonu por agir “como se fosse um cego perante uma qualidade relevante como é a distinção das situações e factos, (...) fecha os olhos à distinção entre a arte e a realidade, representação artística e reprodução fotográfica”<sup>13</sup>.

Entre os negadores da primazia da crítica endógena encontram-se aqueles que sem o declararem explicitamente atestam o chamado “mimetismo da palavra”. Quer dizer, exercem a crítica em dois níveis: recuperando as variáveis de postulados teóricos ocidentais (únicos susceptíveis de serem considerados como tais e de funcionarem como metodologia coerente); e no outro nível o discurso da crítica literária parece ilimitado, não-marcado por quaisquer limites metodológicos<sup>14</sup>.

Os argumentos aduzidos pelos defensores da primazia da crítica endógena são de peso para serem apontados com tendencialmente prevalecentes. A lista de testemunhos é de certo modo abundante. Mas o que importa é identificar os recortes do paradigma novo.

Apesar dessa oposição assente na consideração do primado dos critérios de apreciação, várias têm sido as tentativas para a elaboração de respostas. Grande parte destes esforços são empreendidos no contexto do ensino e pesquisa das universidades. Actualmente ensaiam-se, um pouco por todo o continente, novas vias para os estudos das literaturas africanas.

Segundo Elo Dacy, no quadro da universidade congoleza o discurso crítico apresenta-se em quatro correntes, nomeadamente *a lingüística, a anti-representação, a antropológica e a ecológica*. As duas primeiras caracterizam-se por serem negadoras. Negam, respectivamente, o reconhecimento de uma identidade congoleza da literatura escrita em francês; a segunda, a existência do romance africano em geral e do romance congolês em particular. A corrente antropológica, representada pela professora francesa Arlette Chemain, é uma crítica formalista que arranca de pressupostos ocidentais. Transfere os métodos da crítica ocidental para os textos africanos. Finalmente, a corrente ecológica, representada por nomes de pesquisadores congolezes, “propõe-se a reintroduzir a obra no contexto da sua produção e contextualizar os instrumentos de análise”<sup>15</sup>.

Nas universidades dos países anglófonos, as posições estendem-se desde as correntes sociológicas às neomarxistas e neocientíficas. Tal é o caso da Nigéria onde, segundo Grace A. Adebayo, a crítica neomarxista, representada

---

<sup>13</sup> Pius Ngandu Nkashama, *op. cit.*

<sup>14</sup> Elo Dacy, *La Critique à l'Université, Notre Librairie (Littérature Congolaise)*, nº 92-93, Mars-Mai 1988, pp. 198-202.

<sup>15</sup> Grace Aduke Adebayo, *A crítica do romance da África Ocidental de língua francesa e inglesa: - evolução e estado actual. África (Literatura, Arte e Cultura)*, Vol. III, nº 11, Lisboa, Jan-Jun., 1981, pp. 10-18.

por Femi Osofian, Biodun Jeyifo e Odiá Ofeinun, é praticada de modo determinista e normativo como prova de que “a crítica literária africana seguiu tenazmente na pegada da crítica europeia, que tanta desconfiança nos suscita”<sup>16</sup>.

O princípio da década de 70 marca a emergência de uma corrente pragmática na África Oriental, liderada pelo escritor e professor universitário queniano Ngugi wa Thiong’o. Desenvolvendo a tese da endogeneidade da crítica com Henry Owuor-Anyumba e Taban Lo Liyong (ugandês), lança o projecto de abolição do Departamento de Inglês na Universidade. Defendem a constituição do Departamento de Literatura e Línguas Africanas. Os fundamentos de tal tese assentam na necessidade urgente de afastar o espectro de África que fosse vista como simples extensão do Ocidente, procurando instituir, portanto, uma visão afrocêntrica dos estudos literários. Ora, este grupo parte de pressupostos de inspiração marxista na análise do fenómeno literário. Donde, animados por um certo desejo de síntese, três críticos nigerianos, considerados também de inspiração marxista (Chinweizu, O. Jemie, I. Madubuike) aprofundam essa focagem no livro **Toward the Decolonization of African Literature**. Abiola Irele, um dos mais eminentes críticos nigerianos, classifica as teses iconoclastas destes três autores como sendo resultado de um “naive romanticism”. O que os aproxima aos marxistas, diz A. Irele, é o facto de partirem da idéia prescritiva e ortodoxa da crítica.

Depois de muitas hesitações e resistências, a Universidade de Ifé, na Nigéria, procederá a uma reorganização do Departamento de Inglês. Em 1977, dava lugar a três novos Departamentos<sup>17</sup>. Tudo isto ocorria perante a rejeição da mudança que se verificava na Universidade de Ibadan, a primeira a ser criada e por onde passou a primeira geração de professores de literatura, escritores e críticos nigerianos.

No plano de estudos da universidade de Ifé identificamos os seguintes Departamentos: Departamento de Língua Inglesa; Departamento das Literaturas em Língua Inglesa; Departamento das Línguas Europeias Modernas. As literaturas africanas são lecionadas no âmbito dos dois últimos.

O processo de autonomização das literaturas africanas foi provocando, embora com alguma lentidão, o abandono das denominações generalistas elaboradas na base de critérios raciais. A historiografia regista influências

---

<sup>16</sup> Biodun Jeyifo, *The debate on literary pedagogy in Africa: the Ife experience*, in AAVV, **Littératures Africaines et Enseignement**, Actas do Colloque International de Bordeaux, 15-17 Mars 1994, organizado pelo Centre d’Etudes Littéraires Maghrebines, Africaines et Antillaises e R.C.P. - C.N.R.S n° 732, Littératures Africaines Imprimées, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, pp. 375-391.

<sup>17</sup> Lylian Kesteloot, **Anthologie Negro-Africaine (La Littérature de 1918 à 1981)**, Verviers, Les Nouvelles Editions Marabout, 1978, pp. 5-6.

profundas que o movimento panafricanista e posteriormente a Negritude exerceram sobre a ideologia dos escritores africanos. Estas literaturas foram durante muito tempo designadas como sendo *negro-africanas*.

O tipo de argumentos utilizados para justificar tais designações é-nos dado por Lylian Kesteloot, na sua **Anthologie Negro-Africaine**: “Consideramos a literatura negro-africana como manifestação e parte integrante da civilização africana. E mesmo quando é produzida num meio culturalmente diferente, anglo-saxónico nos Estados Unidos, ibérico em Cuba e no Brasil (...). O espaço da literatura negro-africana cobre não apenas a África ao sul do Sahara, mas todos os cantos do mundo onde se estabeleceram comunidades Negras, sob os auspícios de uma história turbulenta que arrancou ao Continente centenas de milhões de homens como escravos (...)”<sup>18</sup>.

A partir das décadas de 70 e 80, a tendência dominante da crítica é de designar as literaturas africanas no plural, confinando-as aos seus espaços nacionais. Passam a ser publicados estudos e antologias que obedecem ao critério da nacionalidade literária.

Chinweizu, O. Jemie e I. Madubuike, no livro já referido, produzem interrogações interessantes sobre os critérios para uma definição do objecto do discurso crítico: as literaturas Africanas. Enquanto objecto “não podem ser definidas com uma simples, concisa, definição de dicionário, através da enumeração das condições necessárias e suficientes”. Por isso, recorrem a uma definição extensional em que as semelhanças de família são empregues de modo pragmático para se determinar os casos duvidosos e de fronteira que poderiam ser incluídos no “indiscutível cânone das literaturas africanas”.

## OS CASOS PARADIGMÁTICOS DO PRIMADO DA CRÍTICA ENDÓGENA

Dentre aqueles autores africanos que rejeitam vigorosamente a “tradição crítica ocidental e lançam pilares para um novo paradigma, de um corte epistemológico, figuram os nomes de J. P. Makouta Mboukou, Mohamadou Kane e M. a M. Ngal. Esta é a apreciação de Locha Mateso.

A introdução de um novo paradigma emerge de um princípio importante para as literaturas. É o princípio do relativismo histórico. Por outras palavras, o primado da crítica literária endógena resulta do reconhecimento de uma situação de natureza ontológica cujas potencialidades motivam a adopção de

---

<sup>18</sup> Ernest Emenyonu, **The Rise of the Igbo Novel**, Ibadan, University Press Limited, 1987, p. 189.

critérios que sustentem a caracterização das literaturas africanas. Ora, a crítica literária legitima-se a partir da recepção da obra literária. E o que se sugere com a ideia do primado da crítica endógena é a adequação do exercício da leitura às experiências das sociedades africanas.

Na verdade, Mohamadou Kane e J. P. Makouta Mboukou são dois dos referidos autores que no espaço de língua francesa realizam abordagens inovadoras. É evidente que a originalidade das suas metodologias não esgotam o que de um modo geral fazem igualmente os seus confrades do espaço de língua inglesa. Lamentavelmente o objecto de análise de Locha Mateso reduz-se às literaturas de língua francesa. Tal é a consequência da balcanização lingüística do continente.

No entanto, os tipos de análise realizados por Mohamadou Kane e Makouta Mboukou têm várias semelhanças com os que são produzidos por alguns críticos de língua inglesa.

O nigeriano Ernest Emenyonu, autor de **The Rise of the Igbo Novel**, aproxima-se, quer de Mohamadou Kane, quer de Makouta Mboukou, ao inventariar os elementos dos contextos e universos culturais subjacentes às obras literárias de escritores de origem igbo, nomeadamente Pita Nwana, que escreveu **Omenuko**, um romance em língua vernácula, Ciprian Ekwensi e Chinua Achebe. E. Emenyonu chega à seguinte conclusão: o facto de a literatura igbo ser na sua grande parte escrita em Inglês não lhe retira qualquer valor enquanto arte concebida pelo génio igbo, de acordo com uma visão do mundo igbo, uma ética igbo e padrões igbo<sup>19</sup>.

J.P. Makouta Mboukou tece as mesmas considerações quando se refere ao contexto sóciolingüístico do romance africano. Assevera que “não é exagero dizer que haverá tantos contextos lingüísticos quanto a diversidade de escritores negro-africanos”<sup>20</sup>. Por isso, forjou a noção do *duplo contexto lingüístico* que se analisa na presença indelével da língua materna dos escritores coexistindo com a língua de origem europeia. Não se limitando ao contexto lingüístico, o crítico congolês entende que a leitura de um romance africano pressupõe ainda outros contextos: o geográfico, o sócioetnológico, o sócio-histórico. Eles representam signos cuja decifração permite atingir a mensagem romanesca. Além disso, a abordagem de Makouta Mboukou dá particular destaque aos “não-ditos”. Ou seja, os elementos não verbais que entram na constituição das situações pressupositivas complexas.

---

<sup>19</sup> J. P. Makouta Mboukou, **Introduction a l'étude du Roman Négro-Africain de Langue Française**, Nouvelles Éditions Africaines, 1980, p. 268.

<sup>20</sup> Mohamadou Kane, **Roman Africain et Tradition**, Dakar, Nouvelles Éditions Africaines, 1982, pp. 19-20.

Na sua monumental obra crítica **Roman Africain et Tradition**, Mohamadou Kane começa por reconhecer expressamente a existência de pontos de convergência entre a sua perspectiva metodológica e a de outros investigadores do espaço anglófono. Menciona, por exemplo, os nomes dos nigerianos Emmanuel Obiechina e Joseph Okpaku que também defendem a “especificidade da literatura africana, a continuidade do discurso narrativo de uma literatura [tradicional] a outra [moderna] e a importância da sobrevivência das ‘formas tradicionais’ no romance africano”<sup>21</sup>.

Mas a originalidade desse estudo de Mohamadou Kane reside na extensa perquirição do tema da identidade alicerçada nas isotopias da tradição.

Outros investigadores como Isidore Okpewho estendem a captação destas sobrevivências aos domínios da poesia. Na sua antologia **The Heritage of African Poetry**, que compreende as literaturas escritas em inglês, português e francês e as traduções da poesia oral, I. Okpewho procura encontrar os pontos de ancoragem para a ideia segundo a qual as literaturas orais africanas influenciam profundamente as literaturas africanas actuais.

Apesar do radicalismo de que são acusados, os autores de **Toward the Decolonization of African Literature** dão uma importante contribuição para a refutação das teses da crítica eurocêntrica. Corroboram a ideia da precedência e influências da oralidade sobre o romance e a poesia. Expedem uma abundante réplica, passando em revista, por exemplo, os ataques desferidos contra a estética do romance. Nesse excurso, incidem sobre aspectos estruturais como espaço e tempo; trama e diálogo; personagens e descrição<sup>22</sup>.

Já em 1973, na comunicação ao Colóquio de Yaoundé, preocupado com os fundamentos das novas tendências do discurso sobre as literaturas africanas, Mohamadou Kane recusava a dependência insidiosa dos críticos perante os instrumentos de inspiração europeia. Lamentava a hegemonia da crítica de Paris de que dependiam a consagração e a glória dos escritores africanos. O mérito das obras era determinado na base de critérios da literatura francesa, passando ao lado do essencial.

A situação não deixa de ser paradoxal se se privilegiarem os públicos africanos. M. a M. Ngal, na sua intervenção no referido Colóquio, considera que as literaturas africanas modernas não atingem senão alguns milhares de pessoas. Por conseguinte, “a grande maioria a que os críticos se devem dirigir são analfabetos”. “E mesmo quando sabem ler, a maior parte não possui um

---

<sup>21</sup> Chinweizu, et al., **Toward the Decolonization of African Literature (African Fiction and Poetry and their critics)**, Enungu, Fourth Dimension Publishing, 1980.

<sup>22</sup> Guy Ossito Midiohouan, **L’ideologie dans la Littérature Négro-Africaine d’Expression Française**, Paris, L’Harmattan, 1986, p. 214.

nível de instrução que lhes permite ler as línguas ocidentais nas quais o Africano é forçado a escrever se pretender uma larga audiência”.

Ainda segundo M. a M. Ngal, “o problema essencial da crítica é (...) revelar ao público não apenas as profundezas dos significantes, mas encontrar as técnicas mais apropriadas para decantar os significados”.

Para aquele crítico zairese, a criação literária é uma forma de proceder à releitura da tradição. Ela efectua-se a partir de um “vasto texto virtual e objectivo da tradição”. Enquanto leitura, a crítica, no entender de Ngal, há-de fazer apelo a conexões e pontos de apoio disponíveis na tradição.

A historiografia literária é também um domínio importante. O investigador e crítico beninense Guy Ossito Midiohouan procurou contribuir para uma redefinição das condições do desenvolvimento das literaturas em língua francesa, com o seu livro **L'idéologie dans la Littérature Négro-Africaine d'Expression Française**. Ele chega à conclusão de que “o aparecimento e a evolução histórica dos géneros (romance, teatro e poesia) têm a sua explicação fundamentada, não em argumentos filosóficos, mas na convergência de factores identificáveis: ensino, vida intelectual e cultural, meios de edição, público destinatário”<sup>23</sup>.

No contexto da literatura angolana, Jorge Macedo publica na década de 80 **Literatura Angolana e Texto Literário**, onde colige as linhas dominantes desta literatura, numa perspectiva panorâmica. É uma síntese que não deixa de ter um sabor historiográfico.

## CONCLUSÃO

Portanto, as tendências em que se analisam os discursos sobre as literaturas africanas representam o aprofundamento de uma reflexão epistemológica. Esta eleva o desempenho, a tomada de consciência e a competência do próprio sujeito de reflexão e contribui para a definição dos contornos e da especificidade das literaturas enquanto objecto.

Está aí subjacente a ideia de um novo paradigma e de uma ruptura epistemológica. Ruptura epistemológica entendida como a negação da subordinação à hegemonia dos conhecimentos e das práticas ocidentais.

A apologia de um discurso crítico endógeno é a expressão de uma certa alteridade. É a busca de um discurso alternativo que não se submeta a uma marginalização qualquer, seja ela de que tipo for. Por isso, é contra a exclusão

---

<sup>23</sup> Boaventura de Sousa Santos, **Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade**, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

epistemológica. É a refutação do “epistemicídio” (Boaventura S. Santos, 1994, p. 283). Segundo este autor português, o epistemicídio deve ser considerado “como um dos grandes crimes contra a humanidade”. Ele é irmão gêmeo do genocídio. No entanto, “o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu (...) ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam constituir uma ameaça à expansão capitalista”.